



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010074-11.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **JOSE RICARDO ALONSO ZERAIK**
Requerido: **PAULO ROBERTO DE SOUZA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter vendido um veículo ao réu, comprometendo-se ele a realizar a transferência para o seu nome.

Alegou ainda que o réu não o fez, tomando ciência recentemente da existência de débito atinente ao veículo – e referente a período posterior à venda levada a cabo, passando a receber cobranças nesse sentido.

Almeja à condenação do réu ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em realizar a transferência do automóvel para o nome dele.

O réu em contestação não refutou a aquisição do veículo a em apreço, mas ressaltou que o veículo já foi doado a uma Igreja no Estado de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Minas Gerais, alegando ainda o pagamento do IPVA de 2016.

Reconhecida a culpa, e não impugnado especificamente os fatos, o pleito merece acolhida.

O aprofundamento das questões relativas aos IPVAs em atraso é irrelevante frente a natureza do pedido que tem por objeto única e exclusivamente a obrigação de fazer consistente na transferência do veículo para o nome do requerido.

De qualquer sorte, como a obrigação em realizar a transferência do veículo é do comprador (art. 123, § 1º, do CTB), e como é incontroverso que o réu não a implementou, sua condenação a isso é de rigor.

Ressalvo, quanto ao assunto, que inexistente comprovação mínima de que o réu a seu turno também tivesse vendido ou doado o veículo, de sorte que o acolhimento do pedido no particular não importa ao que consta em prejuízo a nenhuma situação concreta.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a transferir para o seu nome ou de terceiros o automóvel indicado nos autos no prazo de dez dias, **contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado**, sob pena de multa diária de R\$ 200,00, até o limite de R\$ 8.000,00.

Ressalvo desde já que na hipótese de descumprimento pelo réu da obrigação imposta deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para ele.

Destaco, outrossim, que em caso de descumprimento da obrigação imposta, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 01 de dezembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**